



A (RE)CRIAÇÃO CAMPONESA NO ENFRENTAMENTO DO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA

Izabela Cristina Gomes da Silva

Resumo

Nesta pesquisa admitimos a urgência de analisar as resistências dos povos camponeses latino-americanos defronte a proposta de desenvolvimento dada pelo estado moderno-colonial. Então objetivamos analisar e apreender a inserção da política de desenvolvimento na América Latina no período de 2004 a 2019, como também as resistências dos povos camponeses a esse modelo espoliador. Nessa conjuntura interessamo-nos pelo estudo do espaço agrário de Brejo da Madre de Deus – PE, devido ao impulsionamento ocorrido no final da década de 1990 para a disseminação da Agroecologia em Pernambuco. Utilizamos uma metodologia de base qualitativa abordada como pesquisa participante contendo entrevistas semiestruturadas com os camponeses brejenses. Bem como análise documental (fotografias, ofícios, documentos oficiais), coleta de dados secundários em institutos de pesquisa, levantamento bibliográfico (livros, periódicos, Teses, Dissertações) e confecção de mapas. Então sinalamos a pertinência de termos abordado a Agroecologia enquanto saber popular materializado nos territórios camponeses. Logo ressaltamos a importância de termos analisado o processo de territorialização da agroecologia na América Latina, enquanto questão multiescalar e transterritorial. Por fim concluímos que os camponeses agroecológicos brejenses estão satisfeitos com sua produção, tal satisfação engloba as esferas econômicas e socioculturais, que compõem o modo de vida camponês brejense, além constituir a conservação da natureza.

Palavras-chave: Resistência; Povos camponeses; Desenvolvimento; Territórios; Brejo da Madre de Deus.

THE PEASANT (RE)CREATION IN FACING THE DEVELOPMENTAL STATE

Abstract

In this research, we admit the urgency of analyzing the resistance of the Latin American peasant people against the development proposal given by the modern-colonial state. So we aim to analyze and apprehend the insertion of development policy in Latin America in the period from 2004 to 2019, as well as the resistance of the peasant people to this plunderer model. In this context, we became interested in the study of the field of Brejo da Madre de Deus, due to the boost that occurred in the late 1990s for the dissemination of Agroecology in Pernambuco. We used a qualitative methodology approached as participant research containing semi-structured interviews with Brejense peasants. As well as document analysis, collection of secondary data in research institutes, bibliographic survey and making of maps. So we point out the pertinence of having approached Agroecology as popular knowledge materialized in the peasant territories. Then we emphasize the importance of having analyzed the process of territorialization of agroecology in Latin America, as a multi-scale and trans-territorial issue. Finally, we conclude that brejense agroecological peasants are satisfied with their production, both the economic and socio-cultural spheres that compose the brejense peasant way of life, beyond constituting nature conservation.

Keywords: Resistance; Peasant people; Development; Territories; Brejo da Madre de Deus.

INTRODUÇÃO

No presente artigo trazemos alguns resultados obtidos em minha Tese de Doutorado em Geografia. Nesta pesquisa admitimos a urgência de analisar as resistências dos povos camponeses latino-americanos defronte a proposta de desenvolvimento dada pelo estado moderno-colonial, para assim buscarmos e ressaltarmos estratégias que levem à soberania alimentar e à conquista de mais autonomia.

Então objetivamos analisar e apreender a inserção da política de desenvolvimento na América Latina no período de 2004 a 2019 em consonância com as abordagens de Smith (1988); Montenegro Gómez (2006) e Cruz (2017). Como também foram analisadas e apreendidas as resistências dos povos camponeses partindo da Agroecologia a esse modelo espoliador, verificadas em Porto-Gonçalves (2002), Sevilla-Guzmán (2001), Hecht (1985), Altieri; Hecht (1989), Figueiredo (2010), Petersen; Almeida (2004) e Rosset (2017).

Cabe destacarmos que a lógica desenvolvimentista capitalista faz parte de uma estratégia multiescalar material e imaterial para homogeneizar os modos de vida pautada na ideia de Ocidente. Então a partir da perspectiva de Kusch (1963) destacamos a importância de refletirmos com um *locus* de enunciação próprio, que nos permita compreendermos as múltiplas cosmologias, sabedorias e práticas dos povos tradicionais camponeses.

Contribuindo assim para a valorização e construção de conhecimentos, que partam dos saberes-fazeres tradicionais populares. Estes existem há séculos nas comunidades tradicionais latino-americanas, as quais manejam a terra preponderantemente em consonância com a natureza. Com a não utilização de agrotóxicos, o cultivo e armazenamento das sementes crioulas, a diversificação da produção (policultura, sistema agroflorestal), as técnicas de pousio, rotação de culturas, adubação verde e contenção de água (cacimbas, açudes, cisternas).

Portanto, devido a processos de resistências e criatividade, várias práticas e conhecimentos são mantidos nos territórios camponeses do Brasil. Como é o caso das experiências agroecológicas desenvolvidas no agreste central pernambucano por múltiplos sujeitos sociais (camponeses, populações tradicionais e outras nações), que buscam promover melhorias das suas condições de vida, baseando-se na agricultura como uma forma de articulação entre o sistema sociocultural local e a manutenção dos bens naturais locais.

Essa articulação se dá devido a processos de adaptação, observação, criatividade, manejo tradicional, conservação de espécies, como também simbólicos para compreender e perceber o território camponês. Partindo do pressuposto da integração e convivência entre sociedade-natureza. Porém simultaneamente à construção e manutenção dos territórios camponeses o estado brasileiro ratifica a proposta de desenvolvimento capitalista, ancorada na ideia de unidade territorial do estado-nação. Objetivando des-envolver os povos do campo e das florestas.

Nessa conjuntura interessamo-nos pelo estudo do espaço agrário de Brejo da Madre de Deus – PE devido ao impulsionamento ocorrido no final da década de 1990 para a disseminação da Agroecologia em Pernambuco. A partir de mobilizações de múltiplos sujeitos sociais (camponeses, engenheiros agrônomos, professores, representantes de organizações não governamentais, funcionários públicos, sindicalistas

rurais e militantes.) para alertar sobre os riscos à saúde e à natureza gerada pela utilização dos agrotóxicos nos territórios.

À vista disso realizamos um inventário sobre as resistências camponesas brejenses do agreste central pernambucano sob a ótica do movimento agroecológico. Logo nesta pesquisa o agreste de Pernambuco ganha mais visibilidade a partir da perspectiva geográfica para compreender os processos, que acarretaram na constituição das múltiplas territorialidades camponesas no Brejo Pernambucano.

Ressaltamos a pertinência de termos abordado a Agroecologia desde seu caráter epistemológico, enquanto saber popular materializado nos territórios camponeses. Como também da configuração do movimento agroecológico latino-americano, defendendo a ideia da Agroecologia como Ciência, Prática e Movimento social. Assim torna-se cada vez mais relevante pensarmos outras racionalidades, que advêm da multiplicidade e multidimensionalidade territorial latino-americana.

Então a partir desse âmbito para compreendermos os processos de configuração territorial do campesinato agroecológico pernambucano, torna-se necessário analisar o território sobreposto de Brejo da Madre de Deus. Assim em confluência com a perspectiva da multidimensionalidade territorial de Raffestin (1993) e contrapondo-se à abordagem de Ratzel (1990) propomos uma ruptura com a concepção unilateral de território.

Discutimos o território com uma perspectiva integradora, relacional e multidimensional que reúne aspectos materiais e imateriais das esferas políticas, econômicas e simbólico/culturais em sua composição, tendo o poder como inerente nas relações entre os sujeitos sociais, e não apenas à classe hegemônica ressaltada pela hierarquia. Para Raffestin (1993) as origens do poder são múltiplas, ele não pode ser tratado como algo pertencente a um grupo ou organização, assim as relações entre os diversos sujeitos detentores de poder, irão definir as características mais ou menos dissimétricas dos territórios.

Ao considerar a dimensão simbólica existente na relação homem-território, Raffestin (1993) pontua que o processo de territorialização vai além da apropriação do espaço concreto, ressaltando que o território é mais que um substrato material. O autor pontua que a representação de qualquer projeto no espaço revela a imagem desejada de um território, coloca-se a questão de que este é transformado de acordo com as ações

6/

dos diversos sujeitos sociais. Então como os sujeitos não são homogêneos, suas ideologias e ações também não serão.

Por isso as formas de organização como o campesinato, a partir de seu sistema sêmico, interferem sobre o território são múltiplas e variáveis. Quando consideram seu aspecto imaterial, as abordagens territoriais concebem perspectivas que valorizam a sociodiversidade e a multiplicidade de territórios. Saquet (2015) conflui com a perspectiva relacional do território quando coloca que os territórios se formam heterogêneos e superpostos. A partir dessa heterogeneidade são materializadas as territorialidades, nestas há interesses sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais, que dão significados pluridimensionais aos territórios.

Utilizamos uma metodologia de base qualitativa abordada como pesquisa participante na perspectiva de Brandão; Borges (2007), contendo entrevistas semiestruturadas com os camponeses brejenses, analisadas a partir da análise do discurso de Bakhtin (2000).

Como também realizamos análise documental (fotografias, ofícios, documentos oficiais), coleta de dados secundários em institutos de pesquisa, levantamento bibliográfico (livros, periódicos, Teses, Dissertações) e confecção de mapas. Ademais propomos para o desenvolvimento desta pesquisa a abordagem do saber ambiental segundo Leff (2009). Questionando a objetividade da razão e trazendo a questão da subjetividade do conhecimento.

A representação dos usos da natureza foi cartografada a partir da perspectiva descolonial trazida por Mignolo (2012), onde foram georeferenciados os elementos do agroecossistema, que compõem os territórios camponeses agroecológicos brejenses de acordo com seu uso pelo campesinato. Esse mapa abarca a temática da utilização da natureza como um bem, contrapondo-se à lógica desenvolvimentista capitalista que a vê como um recurso.

Segundo Santos (2016) o mapeamento com base na cartografia social apresenta características específicas próprias do processo de construção coletiva, que se dá junto à comunidade. Esse mapeamento possui aspectos provenientes do trabalho de campo advindos da observação *in loco*, das entrevistas semi-estruturadas, das descrições do território e da participação dos sujeitos sociais sobre a representação e os usos do território.

Assim pretendemos com esse mapeamento dar visibilidade à multiplicidade dos territórios pontuando a territorialização para além de sua institucionalização territorial oficial. Contribuindo assim para a valorização de um *lócus* de enunciação latino-americano, pois o conhecimento agroecológico advém justamente da apreensão dos saberes populares tradicionais para lidar e manejar a natureza. Durante séculos marginalizados e ocultados dentro da ciência fundada no positivismo lógico.

Por fim pontuamos que o desenvolvimento capitalista disseminado na América Latina gerou muitas desigualdades sociais por não considerar as condições naturais, socioeconômicas e políticas dos territórios latino-americanos precedentes a sua implantação. Para Sevilla-Guzmán; Molina (2013) foi propagado o domínio ideológico ocidental, a lógica capitalista de produção e um modelo socioeconômico universal, gerador de ‘bem-estar’.

Seguindo essa lógica, na América Latina no período de 2004 a 2019, a política desenvolvimentista trata o alimento enquanto parte da geopolítica internacional, transformando-o em *commodities*, que fomentam as relações comerciais coloniais persistentes entre os países latino-americanos (ex-colônias de exploração/periferias) e os países chamados desenvolvidos (centros). Tal política está vinculada ao objetivo de disseminar o modelo primário exportador neocolonial nos territórios latino-americanos.

Porém ratificamos que as relações dissimétricas centro-periferia se dão também dentro do próprio território nacional. Por conseguinte tal assimetria relacional torna-se guia para o arranjo territorial do estado-nação, que proporcionará a execução de megaprojetos, da modernização da agricultura (utilização de agrotóxicos, fertilizantes químicos, maquinaria pesada, sementes transgênicas...) e o avanço do *agrobusiness* sobre o campo/floresta. Assim possibilitando às nações latino-americanas alcançarem o desenvolvimento.

Contudo para Rosset (2017) e Sevilla-Guzmán (2001) os modos de vida camponeses latino-americanas não se fundamentam na lógica capitalista de produção e materializam a agroecologia em suas unidades produtivas, valorizando o potencial endógeno destas (capacidade reprodutiva do solo, manejo e conservação da vegetação tradicional, diversidade de cultivos, estrume animal, cultivo de forrageiras, rotação de culturas, criação de animais, otimização do uso da água, quebra ventos, cercas vivas) juntamente com a valorização do conhecimento popular tradicional camponês adquirido

em anos de experimentação. Contribuindo assim para o fortalecimento da agroecologia e combatendo/alertando sobre os riscos (físico-mentais e ambientais) causados pela agricultura moderna industrial.

OS SABERES TRADICIONAIS E A ARTICULAÇÃO SOCIOCULTURAL NOS TERRITÓRIOS CAMPONESES BREJENSES.

Então neste tópico trataremos dos saberes tradicionais camponeses que levaram à territorialização da Agroecologia em Brejo da Madre de Deus – PE. Como já abordamos anteriormente esse processo partiu das articulações entre diversos sujeitos sociais. O conhecimento do povo camponês referente ao convívio com a natureza, passados através das gerações articula-se com o conhecimento técnico científico. Assim gerando o desencadeamento dos territórios camponeses agroecológicos brejenses.

O alicerce desses territórios é a tríade Modo de vida/Saber-fazer/Articulação. Por conseguinte a territorialidade está atrelada ao modo de vida camponês, enquanto o conhecimento popular tradicional interdepende da práxis concretizada no modo de vida. Já a articulação remete ao movimento de pessoas, à circulação de alimentos e às trocas de saberes/experiências.

Por conseguinte alguns autores que se debruçaram sobre os estudos agroecológicos como Eduardo Sevilla-Guzmán (2013), abordam a Agroecologia como estratégia de enfrentamento à modernidade capitalista, pontuando como os princípios e as práticas que ancoram essa sociedade (lucro a qualquer custo, exploração dos bens naturais) estão contribuindo para a destruição da natureza e também da sociedade. Além de ressaltar o papel da Agroecologia enquanto resistência ao modelo de produção da agricultura industrial capitalista, pois a Agroecologia não existe sem sua dimensão política, sendo muito mais que um ecologização do agrossistemas.

Ademais pontuamos a questão agrária enquanto elemento fundamental para a territorialização da Agroecologia nos Brejos de Altitude. Segundo Andrade (1967) e Sales (1982) no agreste observa-se uma concentração fundiária menos expressiva, que no litoral e zona da mata pernambucana. Embora ainda seja preponderante nos municípios que prevalecem a atividade da pecuária.

No entanto vale ressaltar o fato de os cafezais terem se estendido por grandes, médias e pequenas propriedades. Contudo essas últimas constituíram-se como resultado da divisão das grandes e médias propriedades em consequência do regime sucessório, abrangendo encostas e chãs. Então sob essa estrutura agrária foi sendo ocupada a região brejeira do agreste de Pernambuco.

Anteriormente os territórios camponeses agroecológicos brejenses pertenciam ao latifundiário criador de gado Orestes Rodrigues de Freitas, que foi prefeito de Brejo da Madre de Deus em 1959. Após sua morte as terras foram divididas entre seus dois filhos, que continuaram criando gado, porém também arrendavam alguns lotes às famílias camponesas. Por conseguinte após um período foram vendendo as terras para os arrendatários ou os pequenos/médios agricultores locais.

Portanto com a constituição de múltiplos territórios camponeses tornou-se possível estabelecer a agrobiodiversidade brejense. Assim encontramos nesses territórios encontramos plantas endêmicas dos brejos de altitude (bromélias, floresta subcaducifólia, floresta caducifólia, caatinga hipoxerófila e floresta subperenifólia), lavouras permanentes e temporárias (pomar, horta, milho, macaxeira, feijão, jerimum, entre outras), plantas medicinais, além da criação de animais (gado, caprinos, galinhas, ovinos, equinos).

À vista disso foi abordada durante trabalho de campo a utilização das plantas medicinais, enquanto saber tradicional. Como o umbuzeiro, a catinga de porco, o pinhão roxo, coroa de frade, o mentruz, a babosa, o murici, a jurubeba, o cajueiro, a mangueira, a aroeira, o mandacaru, o juazeiro, a hortelã, o facheiro, o assafraz, mentrasto (*Ageratum conyzoides L.*), arruda (*Ruta graveolens*) entre outras.

Dessas plantas a partir do conhecimento tradicional são preparados chás e raizadas para enfermidades como dor de cabeça, tosse, inflamações, pós-parto, entre outras. Por exemplo, a cabeça de negro (*Annona cherimola*) é utilizada como depurativo energético, já a jurureba (*Solanum paniculatum*) serve para problemas no baço e fígado, a catinga de porco (*Cenostigma pyramidale*) auxilia no tratamento de infecções catarrais e diarreias, o assafraz (*Ocotea odorifera*) combate o reumatismo, a aroeira (*Schinus terebinthifolius*) é usada externamente para doenças de pele, lavagens e banhos de assento (ginecológicos), o umbuzeiro (*Spondias tuberosa*) é utilizado no tratamento de diarreias e no controle de verminose, contendo grande potencial antioxidante.

Então verificamos que o discurso relacionado à saúde dos povos camponeses brejenses está estruturado de acordo com a condição da territorialidade. A partir desta são construídos, vivenciados, experimentados e comprovados os conhecimentos sobre o potencial medicinal das plantas e raízes existentes em seus territórios. Logo as experiências materiais e imateriais ao longo dos anos, assim como os silêncios fazem parte dos elementos, que auxiliam na concepção desses conhecimentos populares camponeses.

Ademais sobre as plantas medicinais temos o mandacaru (*Cereus jamacaru*), que alivia as infecções pulmonares e da bexiga, além de diminuir a retenção de líquidos, já o mentruz (*Dysphania ambrosioides*) tem propriedades cicatrizantes, vermífugas e antibiótica e o pinhão roxo (*Jatropha gossypifolia*) tem ação antisséptica e purgativa. “Com o pinhão roxo a gente canta a tradição de descarrego e proteção, com os galhos de pinhão roxo nas mãos rezamos contra o mau olhado.” (G. Camponesa Agroecológica Brejense, Agreste Pernambucano, 2018).

Portanto destacamos a utilização do pinhão roxo no agreste pernambucano enquanto parte da sabedoria camponesa para lidar com doenças físicas e espirituais. Quando é falado: “[...] rezamos contra o mau olhado.” faz-se uma referência aos malefícios gerados pela inveja e avareza. Assim nesse contexto o descarrego possui uma multiplicidade de sentidos atrelados à unicidade entre corpo-essência imaterial-natureza.

Logo a partir do conhecimento popular camponês as questões relacionadas à saúde humana e ambiental fazem parte de um modo de vida, que não separa a espiritualidade da vida cotidiana. Então se torna importante destacarmos as diferentes esferas no discurso da saúde, pois para a medicina moderna-ocidental o corpo humano é abordado de forma separada não holística. Já segundo o saber camponês brejense a saúde da natureza está vinculada à saúde do corpo e da mente, além das diferenças para lidar com as doenças como utilizar as territorialidades enquanto base para estabelecer processos terapêuticos.

Assim ressaltamos que em Brejo da Madre de Deus a utilização do pinhão roxo incorpora a ideia da medicina tradicional ao misticismo camponês brejeiro. Portanto a cosmologia camponesa brejense se materializa no manejo tradicional e ecológico da natureza, em respeito ao que é *Ser* camponês correlacionado com a não existência da dicotomia primeira e segunda natureza proposta por Kant (1999). Porém é importante

retratar, que entendemos por cosmologia um conjunto de fundamentos sobre as relações materiais/simbólicas entre os seres e a natureza, além das percepções sobre a realidade vivenciada nos territórios.

Por conseguinte pontuamos a multiplicidade de usos da natureza pelos camponeses agroecológicos brejenses, desde o manejo agroecológico da terra interligado à conservação da agrobiodiversidade até a realização de práticas culturais tradicionais próprias do modo de vida camponês. Tais práxis são símbolos de resistência à modernização da agricultura e evitam que os conhecimentos tradicionais brejenses entrem em processo de *epistemicídio*. Como também auxiliam no aumento da capacidade de resiliência dos agroecossistemas.

Portanto, esse campesinato foi conseguindo manter suas práticas e saberes, além de realizar inovações em seus conhecimentos à busca de otimizar a capacidade de resiliência da natureza e a produção de alimentos, gerando assim bem-estar familiar e sanidade humana-ambiental. À vista disso, a agroecologia latino-americana emerge de acordo com cada realidade sócio-territorial, fundamentada em uma épisteme arraigada à territorialidade ancestral dos povos, ao compartilhamento e às trocas entre múltiplos sujeitos sociais.

Todavia não podemos esquecer que apesar da dualidade existente entre a medicina tradicional camponesa e a medicina moderna-ocidental os povos camponeses utilizam os dois conhecimentos, configurando a materialização da multiplicidade de estratégias para alcançar o bem-estar, autonomia e soberania alimentar. Pois negar o outro faz parte da racionalidade moderno-colonial divergindo da multidimensionalidade encontrada nos territórios camponeses da América Latina.

Portanto destacamos a importância de mapear essa multidimensionalidade territorial, que emerge das territorialidades do campesinato latino-americano. Assim confrontamos o mapeamento do território unidimensional, pauta da modernidade que foi possibilitada pelo pensamento espacial ligado ao desenvolvimento cartográfico e aderimos a outro paradigma para mapear os territórios.

Ademais segundo Pakkasvirta (2003) juntamente com a Cartografia vinha o conhecimento espacializado das nações e das colônias, essa circunstância trouxe a real dimensão desses territórios proporcionando a concepção de ideias como o continentalismo enquanto produto do colonialismo europeu. “Antes de la conquista no

había nada, ni podía existir, en América o en ningún otro continente, algo que pudiéramos llamar "sentido continental" o continentalismo". (PAKKASVIRTA, 2003, p. 151).

Assim a partir da Cartografia moderna há a possibilidade de ampliar a visão colonialista com a confecção de mapas em escalas continentais. Então pontuamos que os mapas institucionalizados das nações não são estáticos. Ademais inicialmente a construção da identidade continental fazia parte de um processo moderno-colonial impulsionado pelo imperialismo, que se serviu e estimulou o desenvolvimento dos estudos cartográficos.

À vista disso nessa conjuntura os jogos de poder ocorrem de forma multifacetada em um conflito eminente entre unidade 'homogênea' e singularidade diversa para a definição e demarcação dos territórios. Então nesse âmbito ressaltamos a perspectiva de uma Cartografia, que proceda dos sujeitos e retrate seus territórios a partir de uma abordagem multiescalar anti-imperialista. Desse modo confrontando com a Cartografia positivista, manejada de forma utilitarista pelos estado-nações durante o decurso do projeto moderno-colonial para homogeneizar territorialmente e etnicamente a denominada América Latina.

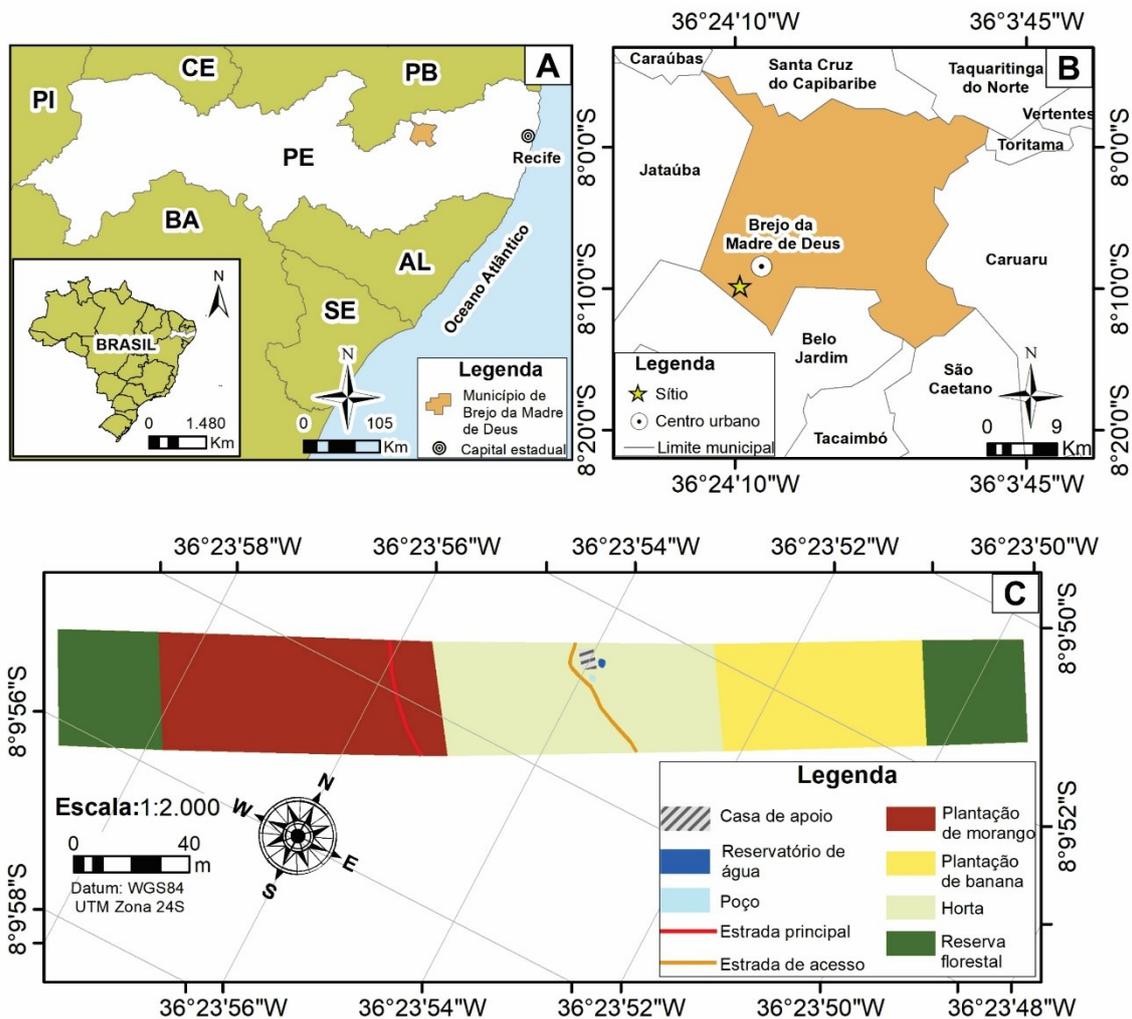
Em contraponto verificamos no mapa 1.0 a multidimensionalidade territorial existente dentro do território nacional. Assim o território camponês agroecológico brejense é composto a partir de uma multiplicidade de manejos colocada em prática de acordo com o tempo-território. Pois a configuração desse território camponês emerge desde meados do século XIX, e com o passar das gerações os saberes-fazeres foram sendo mantidos e renovados.

Outro ponto relevante é que a produção de morango é materializada a partir da sazonalidade, durante a época do verão onde foram colhidos morangos serão plantadas outras espécies como feijão, macaxeira, entre outras. Ademais a plantação de banana advém da variedade prata crioula pertencente à família há mais de um século.

Então averiguamos um divergente arranjo territorial em relação ao ordenamento territorial proposto pelo estado, que se fundamenta no desenvolvimento do território através do agronegócio, da produção de *commodities* e da utilização de agrotóxicos. Tal divergência ratifica a não homogeneização do território-nação e a multidimensionalidade dos territórios latino-americanos.

Entretanto pontuamos que apesar dessas diferenciações os territórios camponeses agroecológicos brejenses mapeados não podem ser considerados territórios autônomos. Porque estabelecem uma relação socioeconômica com os agentes, que regem os aparelhos do estado-nação. Em seguida visualizaremos o mapeamento de um território camponês agroecológico brejense, que se destaca pela produção de morango agroecológico/orgânico no agreste pernambucano.

Mapa 1.0: Território camponês agroecológico brejense. Amaro, Brejo da Madre de Deus – PE.



Fonte: IBGE, Área territorial oficial. Consulta por Unidade da Federação. República Federativa do Brasil: IBGE [2019]. Coordenadas Geográficas coletadas in loco por GPS. ArcGIS 10. Organizado por: M. Camponês agroecológico brejense e Isis Gomes, 2019.

Este mapa 1.0 apreende um território camponês agroecológico brejense. Tal apreensão partiu do sujeito social, que o vivencia desde sua territorialidade e ancestralidade. Portanto ressaltamos a sobreposição de territórios existente frente à unicidade do território nacional unilateral difundido pelo estado brasileiro. Ademais verificamos que as matas são elementos fundamentais na composição e manejo desse território camponês, assim como o lençol freático, que sustenta o poço e supre água para irrigação.

Logo a partir do mapa 1.0 analisamos as formas de organização territorial em Brejo da Madre de Deus - PE segundo a perspectiva de Haesbaert (2006). A referência à abordagem territorial multidimensional considera as múltiplas facetas, que os mais diversos sujeitos poderão concretizar no território. Sendo estas desde hegemônicas e hierárquicas, como o desenvolvimento capitalista, até o complexo de estratégias do campesinato para manter-se no território.

Todavia ressaltamos que uma estratégia é a prática autogestionária existente nas comunidades camponesas brejenses. Essa capacidade organizativa envolve vários aspectos das unidades produtivas como: armazenamento de sementes crioulas e água, criação de animais, produção, consumo e venda de alimentos, relações de trabalho e com a natureza, parentesco estendido e elaboração de manifestações culturais. Então a partir dos saberes-fazeres tradicionais são construídos os territórios camponeses conforme os modos de vida dos povos que vivem nesses territórios.

Logo o avanço na construção de territórios camponeses requer, antes de tudo, destrinchar suas trajetórias históricas de ocupação e uso, o que implica entender as dinâmicas econômicas, as relações de poder e as organizações sociais territorialmente originadas.

Para Silveira (2010) os territórios camponeses são a base das recentes melhoras nas condições de vida no campo brasileiro, devido à produção de alimentos e à conservação da natureza. A valorização dos saberes tradicionais das famílias camponesas, assim como de suas histórias/memórias, constituem papel fundamental para o auto-reconhecimento dos povos camponeses enquanto sujeitos que produzem territórios de resistência. Esta se dá pela manutenção de seus modos de vida, por processos de luta pela terra, pela manutenção em seus territórios, pela busca por mais autonomia e por segurança/soberania alimentar.

Ressaltamos aqui a importância da existência de estudos na Agroecologia que abordem os territórios, pela sua relevância enquanto categoria de análise associada às relações de poder e identitárias entre os sujeitos e os territórios aos quais estão vinculados. Ademais mapear territórios camponeses agroecológicos fortalece a luta por território e soberania alimentar no âmbito nacional, como também traz reconhecimento para os povos brejenses enquanto população tradicional camponesa de Brejo da Madre de Deus – PE.

Por conseguinte o território camponês agroecológico brejense situado em Amaro compõe uma territorialidade ancestral existente na região brejeira de Brejo da Madre de Deus – PE. À vista disso o arranjo territorial se dá desde a fusão entre saber-fazer tradicional e diálogo de saberes, pilares fundamentais do movimento agroecológico na América Latina.

Sou dessa região brejeira, nasci lá no sítio, um dos poucos. Fui pra o hospital mais já foi depois de ter nascido. Minha terra no caso foi herança que foi da minha avó, que foi do pai dela, que foi do pai dele... Por volta do ano de 1830 um camarada foi morar lá, onde eu moro se chama Amaro, sítio Amaro. (M. Camponês agroecológico brejense, Brejo da Madre de Deus – PE, 2019).

Então na fala desse camponês percebemos a clareza referente à ancestralidade de sua família na região brejeira de Brejo da Madre de Deus, compondo assim uma multiplicidade de territórios camponeses no brejo pernambucano. Ademais ressaltamos que o modo de vida camponês brejense data da primeira metade do século XIX, portanto configura uma territorialidade camponesa secular.

À vista disso o conhecimento popular tradicional a partir da vivência e experiência no território brejense vai sendo materializado enquanto práticas de manejo da terra, técnicas de conservação de sementes crioulas, manuseio das matas, desempenho da medicina tradicional, consórcio de espécies vegetais e criação de animais. Outro ponto que consideramos relevante é a seguinte fala: “[...] não tinha esse negócio de tá plantando verdura não, verdura é um negócio recente né [...]”. (M. Camponês agroecológico brejense, Brejo da Madre de Deus – PE, 2019).

Assim é sinalado que o cultivo de verduras e legumes no brejo pernambucano não faz parte do modo de vida camponês tradicional brejense, sendo uma produção mais recente integrada à política de modernização da agricultura. Pois até a década de 1980

prevalecia no brejo à agricultura de sequeiro com os cultivos de mandioca, feijão, milho, cana-de-açúcar, café, manga, acerola, banana, laranja, entre outros. Logo verificamos que a produção tradicional camponesa brejense era essencialmente diversificada e cultivada sem agrotóxicos.

Contudo nesse âmbito ratificamos a influência da política desenvolvimentista do estado brasileiro no arranjo produtivo dos territórios camponeses brejenses. Todavia o estabelecimento do movimento agroecológico na América Latina utilizou da incorporação de hortaliças na produção tradicional camponesa como um elemento a mais para complementar a dieta dos povos camponeses, auxiliando no processo de conquista da soberania e segurança alimentar. Além de possibilitar o aumento da renda familiar com o escoamento da produção e a integração das técnicas de irrigação (microaspersão, gotejamento) ao modo de vida camponês brejense.

Ademais durante os trabalhos de campo verificamos uma preferência dos camponeses brejenses pelas espécies tradicionais/crioulas. “*Nossa banana prata é mais saborosa, que está na nossa família há muitos anos. Assim você planta e vai replantando e por aí vai passando de anos e mais anos, de geração em geração.*” (M. camponês agroecológico brejense, Brejo da Madre de Deus – PE, 2019). Então pontuamos a valorização do alimento regional conduzindo à conservação da biodiversidade, bem como a uma alimentação que respeita as particularidades dos territórios/agroecossistemas e o tempo das colheitas.

À vista disso destacamos o cuidado com a conservação das sementes enquanto uma *práxis* camponesa “*Aqui no inverno isfria muito, chega uns 14°. Aí a gente tem que protegê as sementes.*” (A. Camponesa agroecológica brejense, Brejo da Madre de Deus – PE, 2019). Por conseguinte foi relatada a prudência de não plantar as sementes crioulas de milho quando há plantação de milho híbrido nas proximidades. “*Pois o polinizadô do milho é o vento e eu não quero contaminá as minhas sementes.*” (C. Camponês agroecológico brejense, Brejo da Madre de Deus – PE, 2019).

Então verificamos na foto 1.0 sementes crioulas de *milho do sabugo fino*, uma variedade guardada e cultivada através dos descendentes familiares ao longo dos anos. Logo enfatizamos que esse cultivo faz parte da alimentação familiar há mais de três gerações. Outro elemento relevante é que a produção desse alimento é essencialmente

para o consumo da família, pois o *milho do sabugo fino* não possui valor de troca nas feiras.

Ademais essa questão ressalta o *corpus* camponês, afinal a sua produção não é determinada exclusivamente pelas demandas do mercado. Por fim nas falas dos camponeses entrevistados foi ratificada a importância das sementes crioulas enquanto um elemento físico e simbólico, que compõe o modo de vida camponês brejense.

Foto 1.0: Semente crioula de milho do sabugo fino, Brejo da Madre de Deus – PE.



Fonte: GOMES, I. Território camponês agroecológico brejense, Xéu, Brejo da Madre de Deus – PE, 2019.

Então, na foto 1.0 averiguamos o cuidado em manter um alimento tradicional de importante valor sentimental para a família camponesa brejense entrevistada. Por conseguinte, ressaltamos que o cultivo dessa semente crioula está interligado à história e à cultura do povo brejense, assim como à questão nutricional regional e ao ecossistema brejo de altitude. Ademais, sinalamos que a alimentação dos povos varia de acordo com as particularidades de cada território, então a conservação de sementes crioulas é um processo de resistência contra a homogeneização das dietas alimentares proposta pelo projeto desenvolvimentista moderno-colonial.

Portanto essas sementes crioulas são consideradas uma herança familiar e seu cultivo possui um valor de uso, além de remeter ao referencial simbólico dessa família camponesa. Outra característica pertinente sobre essa espécie de milho crioulo é a

79

preparação do cuscuz ralado no ralo. Então observamos que com práticas tradicionais manuais é produzido o cuscuz de *milho do sabugo fino* ralado no ralo para o consumo da família entrevistada. Assim averiguamos uma relação material e imaterial com esse alimento, além da manutenção de uma tradição familiar. “*Você já cumeu cuscuz ralado no ralo? É o melhor cuscuz!*” (C. Camponês agroecológico brejense, Brejo da Madre de Deus – PE, 2019).

Diante desse âmbito ao compreender a importância das espécies crioulas em 2019 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Brejo da Madre de Deus criou um projeto objetivando a recuperação do milho crioulo, e muitos camponeses brejenses aceitaram bem a ideia, plantando esse milho em seus territórios. Porém infelizmente a maioria ainda cultiva o milho híbrido, mas tal iniciativa é de grande importância para o gradativo reestabelecimento do manejo tradicional e a recuperação da agrobiodiversidade brejeira.

Contudo percebemos a alta agrobiodiversidade existente nas unidades produtivas agroecológicas brejenses. Assim ressaltamos como a conservação de sementes, o conhecimento do campesinato, a policultura e a criação de animais fazem parte do modo de vida camponês brejense. Ademais ressaltamos o papel da autonomia na confecção da alimentação animal atrelada à alta capacidade de resiliência dos territórios camponeses estudados.

Nesse âmbito visualizamos que as matas dos brejos de altitude foram se recuperando a medida do fortalecimento do território camponês agroecológico na região brejeira de Brejo da Madre de Deus, Pernambuco. Por conseguinte a capacidade de recuperação do agroecossistema foi aumentada e muitas espécies animais voltaram a habitar o brejo como: coelho selvagem (*Sylvilagus brasiliensis*), raposa-do-campo (*Lycalopex vetulus*), peba (*Euphractus sexcinctus*), tatu (*Tolypeutes tricinctus*), teju (*Tupinambis meriana*), lavadeira (*Fluvicola nengeta*), assum-preto ou graúna (*Gnorimopsar chopi sulcirostris*), “camaleão” ou iguana-verde (*Iguana iguana*), anu-preto (*Crotophaga ani*), sanhaço (*Tangara sayaca*), sabiá-laranjeira (*Turdus rufiventris*), juriti (*Leptotila verreauxi*), rolinha cafofa (*Columbina minuta*), rolinha caldo-de-feijão (*Columbina talpacoti*), morcego frugívoro (*Pteropodidae*), morcego hematófago (*Desmodus rotundus*), timbu (*Didelphis albiventris*), mocó (*Kerodon rupestris*), entre outras.

À vista disso pontuamos também a relação imaterial com a mata desde os silêncios, sorrisos e histórias familiares relacionadas às espécies vegetais como o pau-sangue (*Pterocarpus rohrii*), que segundo as entrevistas trata-se de uma árvore descendente direta do pau-brasil (*Paubrasilia echinata*). Logo conseguimos constatar com clareza a associação entre conviver/conservar a natureza e manejar a terra agroecologicamente nas famílias entrevistadas, acarretando em prosperidade material/imaterial familiar e sanidade do corpo, da mente e do agroecossistema brejeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto com esta pesquisa ratificamos a heterogeneidade dos saberes-fazeres tradicionais camponeses da América Latina, que podem ser transmitidos, mas não homogeneizados porque cada território possui suas especificidades sociais, culturais e ambientais (ecossistêmicas). Valorizamos o conhecimento empírico dos sujeitos sociais para a construção do termo território agroecológico camponês brejense.

À vista disso ressaltamos a importância desta pesquisa por ter optado pela análise multidimensional e multiescalar dos territórios agroecológicos camponeses brejenses. Pois essa abordagem teórico-metodológica nos permitiu compreender o território para além da sua materialidade. Logo se torna cada vez mais latente romper com a análise territorial unidimensional, que auxilia na consolidação do estado-nação.

Em contraponto nesta pesquisa a apreensão dos territórios partiu dos sujeitos sociais, que os vivenciam desde suas territorialidades e ancestralidades. Portanto ressaltamos a sobreposição de territórios e pontuamos o alto potencial da configuração territorial desencadeada pelos povos camponeses. Assim defendemos o território em sua multiplicidade e multidimensionalidade, logo seu arranjo deve partir da heterogeneidade. Então neste artigo a compreensão do ordenamento territorial brejense legitima a composição dos territórios agroecológicos camponeses, que estão sobrepostos no território institucional municipal. Pois se faz fundamental pensar e analisar o Brasil para além das demarcações moderno-coloniais.

Por conseguinte sinalamos a pertinência de termos abordado a Agroecologia enquanto saber popular materializado nos territórios camponeses. À vista disso realizamos um inventário sobre as resistências camponesas brejenses do agreste central

pernambucano sob a ótica do movimento agroecológico, que auxiliou na construção e continuidade dos territórios camponeses. Logo ressaltamos a importância de termos analisado o processo de territorialização da agroecologia na América Latina, enquanto questão multiescalar e transterritorial.

Ao fim desta pesquisa comprovamos que os camponeses agroecológicos brejenses possuem estabilidade produtiva e financeira, demonstrando-se satisfeitos com a produção agroecológica e com a venda dos alimentos nas feiras agroecológicas. Tal satisfação ultrapassa a questão econômica e engloba as esferas socioculturais, que compõem o modo de vida camponês brejense, além constituir a conservação da natureza e a sanidade humano-ambiental.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A.; HECHT, S. B. **Agroecology and small farm development**. Boaca Raton: CRC Press, 1989.

ANDRADE, M. C. de. Condições naturais e sistemas de exploração da terra no estado de Pernambuco. **Boletim Paulista de Geografia**. Outubro de 1967, N.º 4, 63-84 pp. Disponível: <file:///C:/Users/label/OneDrive/Área%20de%20Trabalho/Doutorado/Territ%20rio%20e%20Desenvolvimento/Andrade%20-%20M.%20Pernambuco.pdf> Acesso em: 20 set. 2019.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Educ. Pop.**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

BREJO DA MADRE DE DEUS. Prefeitura Municipal. Lei Municipal Nº 14.612/2012, de 03 de abril de 2012. **Diário Oficial do Município**, Poder executivo, Pernambuco, Brasil, 03 abr. 2012.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea: diagnóstico do município de Brejo da Madre de Deus, estado de Pernambuco**. MASCARENHAS et. al (Org.). Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

CRUZ, V. C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. de. (Org.) **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**, 1ª ed., Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, 388 p. 15-36 pp.

FIGUEIREDO, M. A. B. **Una estrategia de desarrollo local desde las experiencias agroecológicas de la región cañera pernambucana - Brasil**, Tesis de Doctorado, Programa de Doctorado en Agroecología, Universidad de Córdoba, Córdoba, España, 2010, 273 p.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**, São Paulo: Contexto, 2006.

HECHT, S. B. Environment, development and politics: capital accumulation and the livestock sector in eastern Amazonia. **World Development.**, v. 13, Issue 6, June 1985, 663-684 pp.

Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0305750X85901147>

Acesso: 10 abr. 2017.

IBGE [internet] **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Governo Federal do Brasil, Brasília - DF, 2010. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/default.php>
Acesso em: 15 Ago. 2018.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1999.

KUSCH, R. **América profunda**. Buenos Aires: Hachette, Argentina, 1963.

LEFF, E. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes, **Educ. Real. Educação e Realidade**, UFRGS, Porto Alegre, 34(3): 17-24, set/dez 2009. Disponível: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/9515> Acesso em: 06 ago. 2017.

MIGNOLO, W. D. Hacia la cartografía de un nuevo mundo: pensamiento descolonial y desoccidentalización. **Otros Logos: Revista de Estudios Críticos**. Centro de Estudios y Actualización en Pensamiento Político, Decolonialidad e Interculturalidad, Universidad Nacional del Comahue, Argentina, 2012, 237-267 pp.

Disponível: <http://www.ceapedi.com.ar/otroslogos/Revistas/0003/13.%20Carballo.pdf>
Acesso em: 17 Set. 2018.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente, 2006, 438 p.

PAKKASVIRTA, Jussi. Legados bolivarianos para la democracia y la integración. Araucaria. **Revista Iberoamericana de filosofía, política y humanidades**, Año 5, N° 10, 2003, 143-167 pp. Disponível: <http://www.red-redial.net/pt/revista-araucaria,revista,iberoamericana,de,filosofia,politica,y,humanidades-108-2003-0-10.html> Acesso em 23 ago. 2019.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. **Rincões transformadores: trajetórias e desafios do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da Rede PTA**. (versão provisória). Rio de Janeiro, 2004, 53 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECENÑA, A. E.; SADER, E. (Coordinadores). **La guerra infinita: hegemonia y terror mundial**, Buenos Aires: CLACSO, 2002, p. 217-256.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. Geografia do homem (antropogeografia). In: MORAES, A. (Org.). **RATZEL: Geografia**. São Paulo: Ática, 1990, 32-107 pp.

ROSSET, P. A territorialização da Agroecologia na disputa de projetos, e os desafios para as escolas do campo. In: RIBEIRO et al. (org.). **Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia**. 1ª ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2017, 83-92 p.

SALES, T. **Agreste, agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências, 1982.

SANTOS, D. Cartografia Social: o estudo da cartografia social como perspectiva contemporânea da Geografia. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**. Grajaú/MA, v. 2, n. 6, maio/ago. 2016, 273-293 pp. Disponível:<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/6497/4159> Acesso em: 12 Set. 2018.

SAQUET, M. A. **Por una geografía de las territorialidades y las temporalidades: una concepción multidimensional orientada a la cooperación y el desarrollo territorial**, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 1ª edición, Universidad Nacional de La Plata, La Plata – Argentina, 2015.

SEVILLA-GUZMÁN, E.; MOLINA, M. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SEVILLA-GUZMÁN, E. **A formação em Agroecologia**, VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), informação verbal, Porto Alegre - RS, Brasil, 27 de novembro de 2013.

SEVILLA-GUZMÁN, E. **Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latino América**, Agroecología, PNUMA/Mundi-Prensa/ Universidad de Córdoba, España, 2001.

SILVEIRA, L. M. da A construção de territórios camponeses, **Revista Agriculturas**. v. 7 - nº 1, AS-PTA, Rio de Janeiro - RJ, março de 2010, p. 04-06. Disponível em: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Agriculturas_v7n1.pdf Acesso em: 20 jan. 2016.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Informações sobre a autora:

Izabela Cristina Gomes da Silva

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisadora do LEPEC/UFPE.

E-mail: zabela.cristinagomes@gmail.com

Artigo recebido em 03/07/2020 e aceito em 19/03/2021